ATA 565 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUS – Conselho Municipal de Saúde de Caraguatatuba, realizada no dia **08 de maio de 2019**, às 14 horas, no Auditório da Secretaria de Saúde no 1° Andar, na Av. Maranhão, 451, Jardim Primavera. **Conselheiros presentes:** Representantes do Poder Público: Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente), Sr. André Luís da Silva Leandro (titular), Sra. Priscila Meyer (titular) e Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente); Representante das Entidades Filantrópicas – Prestadora de Serviço ao SUS: Sra. Elen Rosi Martins (titular); Representantes dos Profissionais da Saúde: Sra. Maria do Amparo de M. Manoukian (titular), Sra. Ceci Oliveira Penteado (suplente), Sra. Érica de Cássia Perroni (suplente) e Sra. Ana Aparecida Fernandes (suplente); Representantes das Entidades ou Associações de Assistência à Saúde: Sr. José Aparecido dos Santos (titular) e Sra. Julia de Fátima Umbelino (suplente); Representante das Sociedades Amigos de Bairros: Sra. Cilmara de Oliveira dos Santos (titular); Representantes dos Conselhos Gestores: Sr. Ilson Vitório de Souza (titular), Sr. Guaracy Alves de Alcântara (suplente) e Sr. Edson Mendes do Amaral (titular); Representante de Entidades ou Associações dos Aposentados do Município: Sra. Nilma da Silva Spranger (titular); Representante dos Clubes de Serviços e Movimentos Comunitários: Sra. Edna Ueda Yoshimoto (suplente). **Ouvintes presentes:** Representantes da Secretaria de Saúde: Sr. Ricardo F. Sousa, Sr. Paulo Malta de Carvalho Filho, Sra. Elizabeth Sabrina Rocha e Sra. Amélia Maria Ferreira. **Ausências justificadas:** Representante das Sociedades Amigos de Bairros: Sra. Sônia Maria Fante (suplente), por motivo familiar; Representante das Entidades e Associações de Representantes de Deficiência e/ou Patologia: Sr. Mário Penteado (titular), por motivo familiar e Sra. Sônia Maria Vitor (suplente), por motivo de reunião na APAE agendada anteriormente e Representante dos Sindicatos ou Associações Patronais do Município: Sr. Eduardo Meirelles (titular), por motivo de viagem. A reunião ordinária foi conduzida pela Presidente Priscila Meyer que confere a lista para a confirmação de quórum, confirmado inicia a reunião fazendo a leitura do email e-mail pela Sra. Cilmara de Oliveira dos Santos, Vice-Presidente do COMVIV, referente ao convite e divulgação da Semana Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes. **Aprovação das atas das reuniões anteriores:** Ata 562/2019 da reunião extraordinária do dia 05 de abril de 2019 e ata 563/2019 da reunião ordinária do dia 10 de abril de 2019. A Presidente informa que não houve solicitações de alterações e coloca as atas 562 e 563/2019 para votação. O Sr. Ilson Vitório pede licença para votar ao contrário. Votos favoráveis: Derci, André Leandro, Priscila, Elen Rosi, Maria do Amparo, Érica, Ana Fernandes, José Aparecido, Cilmara, Edson, Nilma, Edna. Voto contrário: Ilson Vitório. Sendo APROVADAS as atas 562 e 563/2019 pelo plenário por maioria. **Leitura de informes:** Não houve. **Primeira pauta: Aprovação do Regimento Interno do COMUS (alterações realizadas em 24/04/2019)**. A Presidente faz explanação referente à reunião extraordinária do dia 24 de abril de 2019, havia quórum, alteramos a lei 1018, inclusive já foi encaminhada ao jurídico e posteriormente a Câmara. Ao término das alterações do regimento interno observamos que precisava de dois terços simples, ou seja, treze conselheiros e no momento havia onze, diante desse fato foi trazido novamente a plenária, porém foram realizadas as alterações e enviadas aos Conselheiros por e-mail, conforme acordado em plenário, e inserida a pauta na reunião de hoje para aprovação, considerando dois terços dos membros, pergunta se há alguma pontuação referente ao regimento na sua versão final. A Sra. Cilmara pergunta se o regimento vai ser aprovado de acordo com a lei em vigor sem as alterações. A Presidente esclarece novamente que a lei foi alterada na reunião do dia 24 de abril de 2019 e já esta tramitando para poder ser alterada na Câmara, portanto no regimento deparamos ao final que para podermos aprovar as alterações precisava de dois terços dos membros presentes, fizemos toda a adequação, pontuações, correções e acordamos para voltar e aprovar no pleno de dois terços. Pergunta novamente ao plenário se alguém que não estava presente na reunião tem alguma pontuação. A Sra. Cilmara coloca que tem essa observação, pelo que consta na lei 1018, e temos ainda as alterações da lei que precisa ser homologada, acredito que o regimento se for aprovado hoje permanece

com a lei que está com erros, uma coisa não anda na frente da outra, o regimento tem que estar sempre acompanhando a lei. A Presidente ressalta que o regimento que aprovamos está totalmente de acordo com a lei que foi alterada na reunião anterior, em consonâncias com as demais esferas de governo, porém no momento que aprovarmos o regimento, será baseado na lei que entrará em vigor. A Sra. Cilmara enfatiza que só entrará em vigor quando a lei for aprovada. A Presidente destaca que existe um trâmite. A Sra. Cilmara diz que deve constar essa ressalva. A Presidente explica que é trâmite jurídico, um processo esta atrelado ao outro, não podemos deixar de aprovar o regimento, até porque norteará o processo eleitoral para o COMUS e dos Conselhos Gestores, inclusive já temos que definir a comissão eleitoral, o mandato termina em junho deste ano e provavelmente teremos que solicitar prorrogação de três meses, portanto considerando o período do processo eleitoral não podemos adiar. Na sequência pergunta novamente ao plenário se há mais dúvidas referentes às alterações. A Sra. Cilmara se manifesta contrária a aprovação. A Presidente diz que a questão é sobre dúvida em relação à alteração. O Sr. Ilson Vitório solicita esclarecimento a respeito das alterações inseridas no projeto, na verdade vai ser discutidas por questões e serem votadas. A Presidente esclarece que já foi realizado. O Sr. Ilson Vitório questiona por gentileza se as alterações correspondem ao inteiro teor das propostas da Comissão. A Presidente esclarece tudo que foi colocado pelo grupo de trabalho o plenário acatou e foram acrescentado o que plenário entendeu coerente, inclusive o documento foi disponibilizado a todos para conhecimento das alterações realizadas. A Sra. Cilmara pergunta se tem alguma ata da reunião e se já esta disponível. A Presidente responde que a ata está em fase de elaboração. O Sr. Ilson Vitório pede por gentileza que registre o regimento interno, as alterações sejam unificativas, aditivas ou supressivas correspondem exatamente com inteiro teor. A Presidente discorda da fala do Sr. Ilson Vitório, pois o regimento foi disponibilizado para todos, peço para que o Senhor seja específico em dizer o que não concorda, estou dizendo que tudo que foi colocado pela comissão o plenário acatou. O Sr. Ilson Vitório pede para que registre essa fala. A Sra. Ana Fernandes pede a palavra e coloca novamente que tudo que foi discutido na comissão, trouxe para o plenário e algumas situações a mais foram incluídas. O Sr. Ilson Vitório diz é só isso, no inteiro teor da comissão acrescida de outras trazidas naquele dia pelo plenário. O Sr. Edson pede a palavra e comenta a respeito da fala da Sra. Cilmara e registra que o regimento interno sendo aprovado hoje, entrará em vigor a partir do momento em que a lei for homologada. O Sr. André Leandro comenta a fala do Sr. Edson e ressalta que é importante registrar. A Presidente coloca para votação do plenário a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde. Votos favoráveis: Sra. Derci, Sr. André Leandro, Sra. Priscila, Sra. Elen Rosi, Sra. Maria do Amparo, Sra. Érica, Sra. Ana Fernandes, Sr. José Aparecido, Sr. Edson, Sra. Nilma, Sra. Edna e Sr. Ilson Vitório. Voto contrário: Sra. Cilmara, justifica por não ter conhecimento das alterações ou inserções de artigos. A Presidente ressalta que foi disponibilizado por email previamente para essa reunião. **Segunda pauta: Apresentação da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020**. A Presidente passa a palavra a Sra. Elizabeth Sabrina Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde que irá fazer a apresentação. O Sr. Edson pede a palavra e coloca que a LDO de acordo com a quinta diretriz da Resolução 453, cabe aprovação e não somente apresentação, inclusive, na página noventa e seis do Manual dos Conselheiros e também no Tribunal de Conta, faz uma observação colocando que deverá ser aprovado. O Sr. Fábio diz entender pelo que foi colocado que a lei de orçamento anual tem que ser aprovada de acordo com as diretrizes orçamentárias e estas diretrizes é feitas de acordo com o Programa Plurianual - PPA que já foi aprovado anteriormente acredita que a LDO seja apenas para apresentação, a aprovação seria mais adiante no final do ano que é a Lei Orçamentária Anual – LOA, pelo que o Sr. Edson apresentou, pois não li é o que entendo. O Sr. Edson coloca em seu ponto de vista, deveria ser aprovado para uma maior validação. A Presidente passa a palavra novamente a Sra. Elizabeth que inicia cumprimentando o plenário e coloca que infelizmente por ter que seguir os prazos estipulados a todas as Secretarias da prefeitura não foi possível apresentar antes, são três audiências públicas que estão

ocorrendo em nosso município, está publicada no site da prefeitura a divulgação. Inicia a apresentação. O Sr. Ilson Vitório pergunta em que se baseia o reajuste de quatro por cento. A Sra. Elizabeth responde que é orientação da Secretaria de Planejamento da prefeitura quem realiza a organização da LDO, PPA e LOA. O Sr. Ilson Vitório pergunta se tem alguma justificativa. A Sra. Elizabeth esclarece que o ano retrasado aplicado cinco por cento para o administrativo e despesas fixas e oito por cento para a folha, este ano foi o padrão geral de quatro por cento. O Sr. Edson coloca que referente aos quatro por cento geralmente é do funcionalismo público, aumento inferior a um por cento, porém este reajuste seria a contratação de novos funcionários decorrente do concurso. A Sra. Elizabeth responde que sim serão chamados novos funcionários do concurso, temos que fazer uma justificativa do que pretendemos alcançar no próximo ano. Segue a apresentação. O Sr. Edson pergunta referente ao valor de dez mil reais, referente à publicidade, atinge o público alvo, desculpa falar Senhor Secretário é um valor muito baixo para atingir o necessário. A Sra. Elizabeth responde que esse valor pode ser reajustado conforme a necessidade da Secretaria por meio de Registro de Preço – RP. O Sr. Ilson Vitório pergunta a respeito do valor de cinquenta milhões. A Sra. Elizabeth explica que é destinado à manutenção, tudo que entender como prédios que não fazem parte de especialidade e atenção básica, por exemplo, a sede, o almoxarifado, o transporte faz parte da manutenção da Secretaria de Saúde. O Sr. Edson coloca que esses cinquenta milhões não são para manutenção das nossas Unidades Básicas. A Sra. Elizabeth esclarece que é para o recurso humano e manutenção do prédio da SESAU como água, luz, telefone, limpeza, despesa de paciente vinculado ao transporte, combustível, manutenção dos carros, entre outros. O Sr. Ilson Vitório pergunta se medicamento também entra neste quesito. A Sra. Elizabeth responde que não, excluindo a vigilância sanitária e epidemiológica, o restante entra nesta despesa, folha de pagamento de todos os funcionários da Secretaria de Saúde. O Sr. Ilson Vitório pergunta se é só verba. A Sra. Elizabeth responde que sim, é um recurso e o valor é apenas um orçamento. O Sr. Edson coloca que o custo de manutenção da Secretaria tem uma grandeza pelo recurso humano, é gasto dois milhões e novecentos a três milhões todo mês, porém têm trinta e seis milhões só de despesa com o recurso humano e o restante para fazer a manutenção do prédio da Secretaria da Saúde, transporte e almoxarifado. A Sra. Elizabeth coloca que cinquenta milhões parece muito, mas na verdade não é a despesa é gigantesca e o orçamento está apertado este ano. A Sra. Cilmara pergunta se há como reajustar o valor para não ficar apertado. A Sra. Elizabeth responde que o valor já está ajustado, tem um pregão que vai vencer, estamos tentando suplementar justificando a necessidade, tudo tem que ser justificado. O prefeito prioriza a educação e a saúde por questão de necessidade da população e não de luxo, conseguimos justificar a necessidade é feita a suplementação, porém trabalhamos com este padrão, mas até o final do ano de dois mil e dezenove, este valor será maior. O Sr. Ilson Vitório pergunta se seria denominado como suplementações e estas seriam previamente aprovadas pelo Conselho. A Sra. Elizabeth responde que a suplementação passa pela Câmara é projeto de lei, pelo Conselho tem o site do SIOPS, que no momento não esta funcionando, tem uma comissão que só faz este tipo de avaliação de pagamentos, automaticamente com orçamento e finanças. O Sr. Ilson Vitório cita como exemplo, a verba de dez mil reais destinados a propaganda, supõe que acontece um evento e vai para cinquenta mil. A Sra. Elizabeth esclarece que tem uma Comissão do COMUS que faz avaliação de orçamento e finanças a qual fazem parte a Sra. Sônia, Sr. Guaracy e Sr. Fabio, toda suplementação passa pela câmara, nada é feito se não for aprovada. O Sr. Edson pede a palavra e coloca a questão da quantidade de Unidades temos treze e vamos para quinze. A Sra. Elizabeth responde que hoje contamos com treze, tem mais duas a serem feitas e a previsão é para o ano que vem, as especialidades vão continuar da mesma forma. O Sr. Edson questiona o número de cinquenta e cinco atendimentos laboratoriais. A Sra. Elizabeth responde que é o número atual, como ambulatorial que é a especialidade não vai aumentar, fizemos um padrão pelo aumento da população, o hospitalar também não aumenta porque só tem um atendimento médico hospitalar que é a Santa Casa, não pode aumentar o

parâmetro se continuar com o mesmo número de Unidades de atendimento, o aumento mínimo é baseado no aumento da população. O Sr. Edson coloca que tem previsto aumento de leitos da Casa de Saúde Stella Maris, com isso não teremos um número maior de atendimento. A Sra. Elizabeth responde que não é desta área, o Sr. André Leandro, Sr. Paulo Malta pode responder melhor. O Sr. Edson diz que existe um investimento maior nisso e aumentou pouco o índice futuro de atendimento. A Sra. Derci esclarece que hoje nós temos um número subestimado, temos pacientes internados dentro da Unidade de Pronto Atendimento – UPA e estes pacientes não são computados, não entram como internação hospitalar e não temos uma série histórica no hospital Stela Maris, seiscentas internações hospitalares mês, isto está previsto, o que será feito é uma renovação dos leitos, desses cinquenta e quatro leitos, hoje estamos utilizando a parte de convênio particular que a instituição deveria ter como receita, o que esta prevista é para restabelecer equilíbrio, dar vazão aos nossos pacientes que estão internados indevidamente e ir para um local adequado que é o hospital e a Santa Casa conseguir fazer com que mantenha parte destes leitos para destinar ao convenio particular, pois noventa por cento dos leitos são do Sistema Único de Saúde – SUS, contando que temos o Hospital Regional para abrir neste ano, alivia nosso orçamento porque temos pacientes esperando uma vaga há dez dias para operar o ombro por estar com alta complexidade de ortopedia, ou seja, vai fazer na UPA, não vai ficar internado no Stela Maris tem que desocupar o leito, por fim é uma reorganização dos leitos que na oncologia irá aliviar bem. O Sr. Edson coloca que estava cinquenta e cinco mil seiscentos e oitenta e nove e vai para cinquenta e seis. A Presidente explica que a conta na realidade foi feita em cima dos novos leitos que terão na Santa Casa e de acordo com o novo cenário do Regional terá uma otimização e o impacto é pouco. A Sra. Derci diz que é necessário fazer uma avaliação do número do impacto das internações hospitalares, apesar de que este ano não conseguirmos abrir, a partir do ano que vem veremos a previsão. A Presidente responde que o valor da Autorização de Internação Hospitalar - AIH gira em torno de mil e oitenta, foi feito pelo sistema, quando o hospital estiver funcionando estas internações hospitales vão impactar ali. A Sra. Derci coloca que tem hoje pacientes que não estão internados aqui dentro da UPA, se fosse abrir a internação seria aberto lá, estamos discutindo o valor previsto para aumento de leito. A Sra. Ceci corrige e coloca que é referente ao número de ambulatório cinquenta e cinco e cinquenta e seis mil é número de atendimento do ambulatório. O Sr. Ilson Vitório pergunta a Sra. Elizabeth se foi para Comissão para dar um parecer. A Sra. Elizabeth responde que não tem Comissão de LDO é antecipado direto por aqui, vai direto ao prefeito para apreciação, passa pela câmara municipal. A Sra. Derci coloca que seiscentos e quarenta e nove para seiscentos e cinquenta e dois referente à quantidade de leitos não foram computado corretamente, vamos rever. O Sr. Edson coloca que aproveitando a presença do Sr. Paulo Malta o número de atendimentos médicos mês da atenção básica, volta pelo sistema de projeção de treze mil e setenta e quatro aumenta para quatorze mil. A Sra. Elizabeth coloca que é por conta de duas Unidades Básicas que serão abertas e aumenta as equipes da Estratégia de Saúde da Família – ESF. O Sr. Edson pergunta se é pouco. O Sr. André Leandro responde que a projeção é baseada nas vinte e nove equipes e a projeção das duas Unidades que estão em obra, outra esta em licitação que é a Unidade do Golfinho e a outra ainda está em projeto é a Gaivotas e já terminou o projeto. A Sra. Derci ressalta que quando se fala de Unidade nova, se realoca fisicamente e não em números de equipes. O Sr. André Leandro coloca que a idéia é tirar duas equipes do Morro do Algodão e trazer para Unidade do Golfinho e fazer uma equipe a mais, de repente tem que colocar três equipes no Tinga tira duas equipes e coloca para o Gaivotas. A Sra. Ceci complementa que se realoca a equipe significa que não vai aumentar. O Sr. André Leandro responde que o previsto para aumentar novecentos por mês, está falando de quatrocentos e cinquenta por equipe, isso será o que vamos aumentar em uma ou duas equipes, a projeção é atender cem por cento. O Sr. Edson complementa dizendo que também deve atender o crescimento populacional e agradece a Sra. Elizabeth. A Sra. Cilmara pergunta se esta previsto o Centro de Referência e Atendimento à Mulher. A Sra.

Elizabeth responde que foi colocado para este ano e por isso não terá o acréscimo das especialidades para o ano que vem, pois como inaugurou este ano foi acrescentado dentro dos onze no padrão de especialidade, no ano passado já entrava porque foi computado mesmo atendendo aqui o banco de leite do CEAMI, mesmo mudando de prédio esta sendo na Unidade facultada, não acrescentou serviço só mudou o local. O Sr. André Leandro coloca que tem uma Unidade concentrada, porém todos os serviços estavam espalhados, por exemplo, o planejamento familiar estava em um setor, gestação de alto risco em outro setor, a única coisa que aumentou foi à questão ambulatorial que iremos rever é as consultas e especialidades, vamos aumentar as consultas de ginecologia. A Sra. Cilmara pergunta em relação à situação do PROTEGE que tem um atendimento não especializado, não esta oficializado. A Sra. Elizabeth responde que não computou como uma especialidade é feito o atendimento e é computado a base do Centro de Especialidades. Segue a apresentação. A Presidente coloca que o problema da Santa Casa não é o convênio com o SUS e sim que o SUS tomou conta da Santa Casa e a instituição precisa criar leitos particulares e convênio que seria os trinta por cento para poder ter recursos para sobreviver dentro da filantropia. O convênio particular é a captação de recursos para manutenção, não da para manter apenas com o SUS. A Sra. Cilmara coloca que é uma situação que deve ser revista, pois se a Santa Casa está hoje com noventa por cento do SUS, dez por cento não é nada. A Presidente responde que a Santa Casa deve rever essa questão do déficit. A Sra. Derci coloca que a Santa Casa tem que resolver, mas temos que entender caso quisesse resolver já diria para os gestores que só vai vender sessenta por cento que é preconizado pelo Ministério da Saúde, por exemplo, tem cem leitos e a instituição diz que precisa de quarenta leitos, sessenta por cento vendo para o SUS e quarenta por cento deixo para convênio particular, hoje com a totalidade ainda temos pacientes na UPA e não consegue avançar porque não tem leito, a parceria existe e o problema do déficit é nosso também. Segue a apresentação. O Sr. Edson pergunta referente à assistência farmacêutica, se o valor aumentou três a quatro por cento, no ano retrasado em dois mil e dezessete não foi gasto oito milhões. A Sra. Elizabeth responde que foi em torno de seis milhões, porém vai verificar o valor. O Sr. Edson pergunta referente a João Marchesi o valor de trinta milhões corresponde apenas ao atendimento à UPA. A Sra. Elizabeth responde que corresponde ao atendimento da UPA, especialidade, SAMU, Unidade de Saúdes e a manutenção que é a parte administrativa da Organização Social. O Sr. Edson coloca que a projeção e custo estimado tiveram pouco aumento, temos uma UPA Sul para ser inaugurada e tem uma discussão constante, vamos ficar com o custo estimado? A Sra. Elizabeth responde que o custo estimado é trabalhado em cima do contrato vigente. A Sra. Ceci coloca que o valor de trinta milhões para Urgência e Emergência e quinze milhões para Atenção Básica já tem uma porcentagem? A Sra. Elizabeth responde que é do contrato vigente com acréscimo de quatro por cento para está LDO. A Sra. Ceci coloca que o valor pago do contrato de dois mil e dezoito, pagou-se o dobro em Urgência e Emergência do que na Atenção Básica. A Sra. Elizabeth responde é o que esta no contrato da João Marchesi, não é possível mudar os valores, o que esta nos dados é realidade, tanto Santa Casa, quanto João Marchesi tem um contrato e convênio. A Sra. Ceci concorda que o contrato é João Marchesi, mas refiro à porcentagem de custo, trinta milhões para Urgência e Emergência e quinze milhões para Atenção Básica. O Sr. André Leandro justifica que o custo do serviço é maior, não é a questão de quantidade de serviço e sim o custo da Urgência e Emergência é duas vezes e meio maior que o custo da Atenção Básica. A Sra. Ceci coloca que não era essa a pergunta, estava pensando no número total de consultas, pois na última prestação de contas quando juntamos tudo observamos que na Urgência e Emergência da UPA, dois terços da população passam pela UPA, temos uma inversão de atendimento médico. O Sr. André Leandro coloca que o assunto já foi discutido e existem alguns fatores, o primeiro é de que não temos cem por cento de cobertura na Estratégia de Saúde da Família no município. Os pacientes têm a questão de comportamento cultural, porque sabem que na UPA vão resolver o problema, ou seja, vai passar na consulta, fazer raios-X, hemograma, já sai com

receita e medicação em mãos, enquanto na Unidade Básica tem que esperar trinta, sessenta, noventa dias para ser atendido, portanto é uma questão cultural. A Sra. Derci coloca que por mais que invista em atenção básica, o pronto atendimento sempre irá existir e as pessoas sempre irão procurar o pronto atendimento. O Sr. André Leandro coloca que o valor vai ser o dobro ou um terço a mais, uma Unidade Básica de Saúde não gasta, por exemplo, com manutenção de equipamentos, ar condicionado, manutenção de respirador, raios-X, etc., esses gastos explicam, nunca vai falar em investir vinte oito milhões na Atenção Básica e vinte e oito milhões na Urgência e Emergência porque o custo da Urgência e Emergência é o dobro da Atenção Básica. Na apresentação da Dengue irão ver como está o atendimento na UPA, tem dias em que estamos atendendo o dobro de pacientes do dia do ano anterior, todo ano aumenta o acesso de pacientes. A Sra. Ceci coloca que é necessário pensar em inverter está situação, atender apenas um terço do número de população na UPA e direcionar o restante para atendimento nas Unidades. O Sr. André Leandro coloca que não se muda a cultura da população se não fizer um trabalho de médio a longo prazo. A Presidente coloca que é um assunto amplo, pois precisamos da cobertura de cem por cento da ESF e melhorar as Unidades, as duas que serão construídas são de máxima urgência. A Unidade do Morro do Algodão precisa ser ampliada, é uma discussão que vai além da LDO, a questão da assistência da João Marchesi é o que o Sr. André Leandro falou a ESF trabalha das sete as dezessete, a UPA trabalha vinte e quatro horas de segunda a segunda, trinta dias por mês, é óbvio que vai ser mais caro. A Sra. Cilmara coloca para a Presidente que como o Conselho tem prerrogativa das políticas públicas, como fiscais cabem a nós hoje diante ao exposto de estar investindo mais em Urgência e Emergência e Atenção Básica está precisando ter novos investimentos, novas Unidades, nunca se chegará a cem por cento por mais que queira, mas noventa e nove que seja então cabe ao Conselho trazer isso para discussão ao plenário, tenho esta proposta gostaria que não ficássemos debatendo é uma situação de realidade no município, por exemplo, se vou a uma atenção básica hoje, preciso passar e não tem vaga, tem que ter encaixe, porém só pré agendamento para daqui trinta, sessenta, noventa dias, etc., caso precisar, venho à UPA, o que está errado a Atenção Básica e se precisar passar na especialidade, pois sou hipertensa, tenho que vir aqui, infelizmente, só afere a pressão lá e aqui vou ser medicada, essa questão tem que ser corrigida. A Presidente coloca que não está dizendo que não temos que discutir e não estou cerceando o direito do Conselho discutir, pelo contrário, a questão está em nosso Plano Municipal de Saúde "ampliar as equipes de PSF" e "aumentar o número de Unidades de Saúde", sendo aprovado pelo plenário. A Sra. Cilmara diz que os representantes do governo falaram, nós usuários do SUS estamos falamos, peço para o Conselho que revise e reconsidere os planos aprovados efetivamente, no município a realidade é outra. A Presidente ressalta que o referido Plano foi aprovado por este plenário. O Sr. André Leandro informa que a Secretaria de Saúde irá solicitar uma reunião extraordinária para apresentação do novo projeto de chamamento público que contempla todas as discussões, a questão de cem por cento da Atenção Básica, Assistência Domiciliar, propostas das UPA's e Pronto Atendimento do Massaguaçu, vai ser apresentado o norte que o município quer dar para Saúde Pública, e contamos com a aprovação do Conselho para caminharmos juntos e dar um norte final, é o resultado não é imediato. O Sr. Edson pede a palavra e coloca que na verdade são discutidos os indicadores quando temos a comissão de Acompanhamento e Avaliação da João Marchesi e a cada quadrimestre ou bimestre nós fazemos avaliação e apresentamos para o plenário, nesses indicadores vemos que a Urgência e Emergência é bem clara e que passa os indicadores estabelecidos e a Atenção Básica não alcança o quantitativo, porém acredito que o momento de discutir é quando a comissão apresenta um parecer da Avaliação e Acompanhamento da João Marchesi. O Sr. Paulo Malta esclarece que como a Sra. Elizabeth falou que só teve alteração de quatro por cento no valor, e as ações que o Sr. André Leandro expôs está prevista para começar no próximo ano, não esta inclusa, vai ser necessário, assim que o Conselho aprovar em um novo processo de chamamento público vai prover um orçamento grande e este orçamento não vai comportar

este novo chamamento público, o aumento das equipes e aumento de serviço da UPA, não comporta este tipo de serviço. Assim, que for chamado terá uma alteração no orçamento, terá que rever o aumento de orçamento, este está baseado no que foi gasto. A Sra. Ana Fernandes ressalta que esta baseada no contrato anual. O Sr. Paulo Malta coloca que hoje está em vigor o contrato da João Marchesi de três milhões e novecentos por mês, se o outro contrato for cinco milhões por mês deverá ter um acréscimo no orçamento e suplementação orçamentária e terá que ser apresentado ao Conselho. A Sra. Elizabeth coloca que até a LOA ser finalizada já terá os valores reais. O Sr. Paulo Malta coloca que é basicamente dinheiro, não está especificado quais são as ações, quando as ações forem necessárias, os recursos serão acrescentados neste orçamento e será suplementado, este não contempla os novos serviços que serão ampliados como Santa Casa. O Sr. Edson destaca que a Sra. Elizabeth colocou desde o início. A Sra. Cilmara coloca que a UPA Sul nunca é discutida, só a Central e a Norte e questiona a UPA Sul é um porte maior. A Sra. Elizabeth informa que ainda não temos valores. A Sra. Cilmara pergunta se na UPA Sul vai ter leito? É uma pergunta ignorante porque os leitos que temos aqui não terão lá, por isso que coloco para o Conselho, hoje estamos trazendo este percentual gasto, e quando for para a UPA Sul, como ficará os leitos que hoje temos aqui, infelizmente temos pessoas internadas. O Sr. André Leandro coloca que na observação vai continuar até que a obra o Pronto Socorro seja finalizada. A Sra. Derci esclarece que na verdade a UPA é uma Unidade intermediária, teoricamente não existe leito de observação superior as vinte e quatro horas, na prática existe, porque não temos leitos suficientes dentro da Santa Casa, quando tivermos a UPA Sul terá leito para observação, porém toda UPA tem leito de observação de até vinte e quatro horas, passou disso é internação e possivelmente esperamos que ano que vem nós tenhamos dentro da Santa Casa cinquenta e quatro leitos a mais que comporte os pacientes, para que estes não fiquem mais que vinte e quatro horas dentro de uma UPA, a proposta da organização está sendo feita concomitante, construção de leito da Santa Casa, a construção da UPA Sul, portanto esperamos que não tivesse internação e o Hospital Regional irá dar vazão. O Sr. Ilson Vitório retoma o assunto da Urgência e Emergência vinculado ao quadro da João Marchesi, pergunta se incluiu as duplas funções. A Sra. Elizabeth responde que incluiu dentro da João Marchesi, assim como a Santa Casa, o valor atual do convênio e do contrato, hoje tem aqui e lá não posso fazer uma previsão de algo que ainda não existe, tem que trabalhar os dados que temos hoje, assim como todos os contratos administrativos e a folha e entre outros. O Sr. Ilson Vitório pergunta se difere do investimento da UPA. A Sra. Elizabeth responde que só consta dentro do contrato de obra, a parte que vai estar dentro do contrato não tem como incluí-la aqui, a única despesa que pagamos hoje e esta inclusa no orçamento é a da construção. O Sr. Ilson Vitório pergunta se efetivamente estão pagando. A Sra. Elizabeth ressalta que estão sendo pagas as da construção. A Presidente esclarece que a do Perequê Mirim, do PA Massaguaçu, e da UPA Central estão dentro da João Marchesi de Urgência e Emergência. A Sra. Cilmara coloca que o Comitê de Vigilância em Violência – COMVIV é vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e infelizmente até hoje não formalizaram o documento. A Presidente responde que o COMVIV está dentro do programa de Atenção Básica e Especialidade, está dentro do Centro de Especialidades Médicas – CEM. A Sra. Derci esclarece que o COMVIV é um comitê, o setor PROTEGE que executa e o outro é como se fosse um comitê materno esta ligado à Vigilância Epidemiológica, o COMVIV também está ligado, e o apoio logístico tem que ser dado pela Secretaria, se não está oficializado é porque não tem uma ficha para isso. A Sra. Elizabeth coloca que entra na Atenção Básica e Especialidade, a partir do momento que fizer a LOA, onde exista uma necessidade é feito um bloco igual a este. A Sra. Ceci coloca que o COMVIV está dentro de um bloco da vigilância, o próprio nome diz "Comitê de Vigilância à Violência". A Sra. Derci coloca que é uma mudança que pode ser discutida e organizada para otimizar os recursos, inclusive foram feitos projetos dentro da Vigilância e Prevenção a Violência, o COMVIV não é nada mais que um comitê que vem para defender está proposta de atenção e prevenção contra a violência, é um assunto à parte que temos que fazer em relação a recurso, até porque

estão saindo fóruns e quem custeia é a Secretaria, o que a Sra. Cilmara esta querendo dizer é que não existe uma rubrica especificada para o COMVIV, iremos verificar para o próximo ano. A Sra. Elizabeth coloca que é possível destrinchar dentro da LOA, é onde separamos todas as despesas, não podemos fazer dentro da LDO, porque não tem necessidade, iremos inserir dentro do bloco da vigilância. O Sr. Ilson Vitório pergunta não tem necessidade ou não pode? O Sr. Fábio responde que na verdade não tem classificação específica, tecnicamente não é viável, dentro da LOA onde nós destrinchamos todos os serviços que são feitos dá para colocar o COMVIV, privilegiar o que é feito por ele. A Sra. Julia coloca que é previsto tanto o comitê que tem pouquíssimos nos municípios quanto o núcleo de vigilância. A Sra. Cilmara pede a palavra e agradece a fala da Secretária Derci e pelo apoio diferenciado quando a procuramos, independente do Conselho ou do COMVIV, peço para que registre em ata que a humanização existe através do atendimento que a mesma nos presta. Finalizada a apresentação a Presidente coloca para votação no plenário a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020. Votos favoráveis: Sra. Derci, Sr. André Leandro, Sra. Priscila, Sra. Elen Rosi, Sra. Maria do Amparo, Sra. Ana Fernandes, Sr. José Aparecido, Sr. Edson, Sra. Nilma e Sra. Edna. Votos contrários: Sr. Ilson Vitório e Sra. Cilmara. Sendo APROVADA a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020 pelo plenário por maioria. **Terceira pauta: Apresentação de Dengue (situação atual no município).** A Presidente informa que está presente a Sra. Amelia, Coordenadora da Atenção Básica, o Sr. Ricardo Coordenador da Dengue no município junto a Zoonoses e o Sr. André Leandro Coordenador de Urgência e Emergência. A Sra. Cilmara pede a palavra e coloca que antes de começar só para lembrar que a Secretária voltou de férias, havia pedido uma reunião extraordinária para apresentação do quadro que hoje será apresentado, não tive acesso ao material da dengue, pois não foi enviado. A Sra. Simone esclarece que o material de apresentação não foi enviado ao Conselho. A Presidente explica que se trata de uma apresentação atual, está sendo atualizada diariamente, inclusive será apresentado com informação de hoje, ou seja, atualizado. O Sr. Ilson Vitório pergunta ao Sr. Ricardo se pode enviar o material para os Conselheiros. O Sr. Ricardo responde que será enviado, agradece o convite e coloca que concorda com a Sra. Cilmara em relação à reunião, talvez tenha sido tardia e não foi por falta de trabalho, pelo contrário o excesso pode ter dificultado a nossa vinda aqui. Em seguida inicia a apresentação. A Sra. Ceci coloca que se nós sabemos que o pernilongo é domiciliado, o que resolve passar o veneno na rua. O Sr. Ricardo esclarece que a experiência é que nos bairros onde foram feitos a veicular praticamente bloqueou a epidemia, a nebulização sempre foi muito discutida, mais ela é permitida pelo Ministério da Saúde e recomendada e o estado de São Paulo sempre teve um pouco de reticências, os bairros onde nós aplicamos, por exemplo, Martin de Sá praticamente não tem mais casos desde a aplicação, Tarumã e Travessão praticamente deixaram de ter casos confirmados de dengue. Porém tem que ser feito com muito cuidado, a concentração num bairro se fizer costal é gasto mais ou menos dezoito litros de inseticida em uma semana, na costal no mesmo bairro eu gasto noventa litros de inseticida, o que foi percebido na prática, é que quando se passa com o carro quando o dia está com um clima propício tem maior proveito do inseticida, deve ser muito bem discutido a aplicação. A Sra. Ceci coloca que também sempre foi muito reticente a esse tipo de aplicação, porque quando entra com a costal, retiram seus animais, eles não vão ter contato de pele praticamente, as pessoas não têm o contato de pele porque não vai ter gente circulando, mas quando o asperge no ar, o que vai acontecer? As pessoas vão caminhar. O Sr. Ricardo fala que tudo isso já foi analisado por diversos experts do mundo inteiro, e esse é o mecanismo, que é passar pelo bairro e aspergir a uma velocidade de cinco quilômetros por hora numa vazão de trinta a setenta mililitros de calda por segundo, ao longo desse período não tivemos nenhum tipo de reclamação, questionamento, tipo de morte, passarinho, tartaruga, etc., na verdade me parece muito seguro essa estratégia. O Sr. Ilson Vitório coloca ao Sr. Ricardo que já falou dos prédios públicos, não tem como através da Secretaria diretamente com o prefeito ter uma determinação para que o Senhor tenha autonomia para chegar aos

prédios e nos órgãos nosso e determinar imediata. O Sr. Ricardo responde que isso já vem ocorrendo. O Sr. Ilson Vitório continua agora é uma questão de saúde pública e de vida, é o bem jurídico maior de cada um de nós, pois já tivemos óbitos e a população está bastante assustada, como eu também com meus netos, não por mim mais pelos meus netos, essa é uma questão especifica de repente vimos alguém que está buscando só o poder púbico, não particular, expor recentemente uma piscina com água totalmente suja. O Sr. Ricardo responde que a piscina do Perequê Mirim foi muito questionada na mídia, falei com um ou dois vereadores que me procuraram a respeito daquela piscina na verdade é uma pena ela afeta a imagem da prefeitura, porém não é criadouro, só que a imagem da prefeitura perante aquela piscina é muito ruim, é não pode chegar e destruir, outra ação para piscina é nossa é colocado larvicida de quinze em quinze dias. O Sr. Ilson Vitório ressalta que é necessário fazer uma varredura em todos os prédios públicos. A Sra. Derci informa que falou com o Sr. Hugo para tomar providência quanto à piscina pública. O Sr. Ricardo esclarece ao Sr. Ilson Vitório que no ano passado nós fizemos um programa piloto que devemos retomar, pois a sala de situação vai ser importante é um programa do Ministério da Saúde e chamamos de brigadas municipais, que funciona assim: cada prédio público, ao invés da equipe do "Ricardo" ir de quinze em quinze dias e eliminar o criadouro, criamos uma brigada, o Secretário determina dois funcionários, desses dois eu treino, dou um documento em que ele faz um checklist, e acompanho uma ou duas vezes e esses assumem a responsabilidade. O Sr. Ilson Vitório pergunta vai depender de que se deu certo lá. O Sr. Ricardo responde que depende de se organizar e começar a fazer. O Sr. Ilson Vitório pergunta, porque também veio a público os papéis impressos no valor de setecentos mil reais especificamente para distribuir e informar a respeito da dengue, isso de setecentos mil reais, você tem condições de me informar se isso é verídico, e em que sequência se repercutiu numa ação positiva efetivamente. A Sra. Derci informa que foi uma emenda parlamentar no ano passado. A Presidente esclarece ser um recurso financeiro do Ministério da Saúde e quando mudou o Governo Federal bloqueou vários recursos e emendas, sejam dos deputados ou recursos específicos de programa, existe esse recurso, mas está bloqueado e é um recurso da FUNASA, que tem um rito de licitação diferente, então o que acontece, ocorreu uma licitação no município, e é diferente de uma emenda parlamentar que vem para comprar ou arrumar alguma coisa. O Sr. Ilson Vitório questiona se foi gasta ou não o dinheiro e o que foi feito. A Presidente explica novamente que a FUNASA tem uma previsão e pede para o município fazer o rito de licitação, quando chega o recurso se concretiza, o dinheiro não caiu na conta do município, ocorreu o rito de licitação, porém não foi finalizado porque o recurso está bloqueado no Ministério da Saúde. O Sr. Ilson Vitório pergunta se houve gasto efetivo, pois é isto que quero saber, o resto é muito técnico e procedimento não me interessa, porque alguém vinculou o pacote de formulário. A Presidente responde que o formulário foi baseado porque ocorreu o rito licitatório, porém não finalizou porque é um recurso federal e é diferente de emenda parlamentar. O Sr. Ilson Vitório diz que alguém pegou um pacote como se já tivesse feito e vinculou, quer dizer, este formulário não existiu, não foi feito, é só isso que quero saber. A Presidente explica que existe uma previsão e se o recurso vir existe um rito licitatório que finaliza se não é cancelado, mas para vir o recurso precisa deste rito, o que foi divulgado é um rito de licitação, resumindo o dinheiro não caiu na conta do município. A Sra. Nilma comenta sobre uma casa que esta abandona e cheia de sujeira. O Sr. Ricardo responde que casa fechada ainda é um grande problema, sabemos que aqui em Caraguatatuba é quarenta por cento dos imóveis são de veraneios, existe no Centro de Controle de Zoonose o diskday onde as pessoas fazem as denúncias, até o fechamento do mês passado foram oitocentas denúncias esse ano, na verdade é assim, é feito a denúncia e tem uma equipe de fiscalização que vai até a casa e verifica se o problema de fato existe, verifica também no cadastro da prefeitura quem é o proprietário e segue o rito burocrático. O Sr. Ricardo coloca que hoje temos percebido e trabalhado bastante na rua já estamos há quinze dias, a prefeitura, o prefeito, o Sr. André, o Secretário Amorim em uma ação conjunta com outras Secretarias, disponibilizou mais de trinta

agentes de TA e somando nossa equipe temos sessenta pessoas na rua, a Zoonose tem cinco, seis vans de manhã praticamente fecharam todo o Travessão, Perequê Mirim, Porto Novo fazendo toda uma ação de controle, encontramos muitos criadouros nas casas e as pessoas estão doentes e às vezes questiona o serviço de assistência. Segue a apresentação. A Sra. Julia diz sobre a brigada e que já trabalhou na equipe da dengue, a brigada é eficaz e tem participado há dois dias no Rotary é uma ação com os adolescentes na comunidade, muito interessante, são propostas que são realizadas, mas ficam perdidas, esses adolescentes são da guarda mirim. O Sr. Ricardo coloca que esteve semana passada na guarda mirim fazendo treinamento e esses foram receptivos e irão agendar uma atividade prática na rua, as quais vão acompanhar. Segue a apresentação. O Sr. Edson pergunta quanto às notificações sabemos que há tempos tinha que fazer o exame de plaquetas e hoje fazer uma notificação de positivo ou negativo são dois exames. O Sr. Ricardo explica que na verdade é normatizado, não é município que determina um município com mais de cem mil habitantes ou cento e cinquenta casos confirmados é feito diagnóstico laboratorial ou o NS1 até o terceiro dia que pode estender até o quarto. Participamos de uma reunião com a Secretaria do Estado, acima de cento e sessenta casos se caracteriza que o município de Caraguatatuba esta em estado de epidemia, é uma determinação oficial do Estado, para confirmar podendo ser por clínico epidemiológico, que é o bairro onde tem casos de dengue, praticamente o município todo. O Sr. Edson diz se já estava esperando este número desde o ano passado, a Secretaria demorou muito para dar informações à comunidade com panfletos, algum tipo de comunicação, o que fazer e o que você não fazer para não ter a dengue, havia mais propaganda e comunicação. A Sra. Ceci ressalta que já faz vinte anos que falam sobre como evitar a dengue. O Sr. Ricardo explica que sua equipe esteve diariamente na mídia, na vanguarda três, quatro vezes a rádio bandeirante entra em contato duas vezes por dia, o Secretário vai ao Forlim quase todo dia, a parte da mídia televisiva, nossa equipe tem folders, diariamente sessenta pessoas saindo com folders e colocam na casa das pessoas, nas Unidades todas com cartazes estamos trabalhando até as dezenove horas. A Sra. Ana Fernandes informa que os agentes comunitários também fazem campanha o ano todo. A Sra. Derci diz que a Secretaria tem que fazer e concorda com o Sr. Edson se esperar da comunicação, até chega às informações, a Secretaria tem meios, devemos nos programar este ano para que tenha esse material disponível para trabalhar no começo do próximo ano. Infelizmente é uma coisa que vai ter que "martelar" a vida inteira porque o mosquito existe e dificilmente vai se extinguir, por mais que faça algo ele volta devemos ser persistente mesmo, devemos estar preocupados e mudar a estratégia. O Sr. Edson coloca que o ano retrasado, o ano passado e esse ano, os nossos vizinhos na costa sul e ao lado Rio de Janeiro, a Chikungunya se aproximando, quais as providências que estamos tomando se chegar aqui também, o que tenho de informações parece que o próximo ano, o outro ano, vai chegar aqui. O Sr. Ricardo esclarece que há política de integração entre as vigilâncias, acredito que não temos que preocupar com a Chikungunya, vai ter muito problema com a dengue nos próximos dois anos, se chegarmos a outubro e tivermos dez ou doze casos, pode se prepara que vamos ter sete a oito mil casos e a Derci sabe o que é ter cinco mil casos na nossa porta, vira uma situação caótica, já temos dificuldades com mil casos, não somos preparados para trabalhar no limite, é preparado para trabalhar no padrão. Segue a apresentação. A Sra. Cilmara coloca que esse ano está tendo um temporal um atrás do outro, e não dá tempo de secar o solo, diante disso, é interessante deixar programado paro o próximo ano ou até o final, que parece que vai ter chuva constante, porém é deixar um alerta quando tiver dias consecutivos ou aleatórios de chuvas previstos, infelizmente não é só a minha casa, ao sair na rua, pode ser contaminado. O Sr. Ricardo ressalta que já imaginávamos essa gravidade, na realidade quem já pegou o sorotipo um, se pegar o sorotipo dois existe a possibilidade de ser mais grave, estamos preocupados com a gravidade, na assistência tem percebido a gravidade dos casos e a Santa Casa também, acredito que esse quadro mesmo trabalhando muito, para o próximo ano vamos ter que se preparar muito. O Sr. Ilson Vitório pergunta se pernilongo noturno não causa doença da dengue. O Sr. Ricardo explica que não, o pernilongo

problemático mesmo é o Aedes Aegypti, que ataca preferencialmente durante o dia, na parte da manhã. O Sr. Ilson Vitório pergunta qual o nome da proposta das equipes que deu certo. O Sr. Ricardo responde que são brigadas municipais. O Sr. Ilson Vitório pergunta a Presidente se é possível por para aprovação uma resolução para que seja criada e fortalecida a brigada ou que possa ser criada com apoio do Conselho. A Presidente responde que vai ser discutida essa questão em reunião, e o Sr. Ricardo nos apresentará e assim podermos apoiar, precisamos de algo mais factível. Na sequência agradece ao Sr. Ricardo pela participação e convida a Sra. Amélia para continuar a apresentação. A Sra. Amélia inicia apresentação sobre notificações. A Sra. Cilmara pergunta de acordo com o que está mostrando abril e maio, os oito dias de maio, temos vinte e seis casos, em abril também houve essa anotação ou é só a quinzena. A Sra. Amélia responde que em abril fez o total do mês fechado, na verdade estavam sem recurso humano e agora conseguimos estagiários, estão agilizando a digitação. Segue a apresentação. A Sra. Cilmara pede a palavra e pergunta qual a região o foco é maior, sabemos que é a central, e as Unidades abertas qual está sendo. A Sra. Amélia responde que o Perequê Mirim, José Maurício, Ademir Reis são as Unidades que apresenta mais foco, tivemos bastante problema no Porto Novo, a região Sul é a que está mais vem apresentando. A Sra. Cilmara pergunta se um funcionário contrair dengue em três, quatro dias vai debilitando, tem direito a um atestado médico ou permanece trabalhando. A Sra. Amélia responde que afastado. A Sra. Cilmara coloca que um funcionário do conselho tutelar pediu uma orientação, pois está sendo acompanhado pela do Tinga, não deram atestado e já tem quatro dias e está debilitado. A Sra. Amélia fala novamente que deve afastar, porque tem que ser feito o controle de hemograma e tem que estar sem os sintomas, geralmente da fraqueza, dor articular, mal estar e dor de cabeça com frequência, enquanto tiver nesse período o médico faz o afastamento. Segue a apresentação. A Presidente agradece a apresentação da Sra. Amélia e convida o Sr. André Leandro dar continuidade. O Sr. Edson questiona se o problema é o espaço físico, porque contratou mais enfermeiro. O Sr. André Leandro responde que tinha três e agora são quatro e por isso que existe a carreta, quando veio o propósito era de andar nos bairros, nas Unidades para fazer consulta de saúde do homem, da mulher e ajudar na agenda, chegou bem no pico da curva ascendente da dengue, colocamos a carreta e dois containers aqui, com mais um médico, dois técnicos, um enfermeiro para poder fazer a hidratação de dengue. A Sra. Derci informa que todos devem saber que a característica da dengue esta diferente acontece que a pessoa está bem e de repente à plaqueta cai brutamente, tivemos um caso de um motorista que a plaqueta foi para oito mil, descobrimos que ele estava com quatorze mil trabalhando na ambulância, para quem tem uma doença de base, para reverter é difícil. A Sra. Ceci comenta que nunca houve tantas internações. O Sr. André Leandro concorda e diz que é isto que está evitando óbitos, pois o comportamento da população não teria evitado, tanto pela parte preventiva quanto a questão assistencial, tem paciente que vai embora e não quer esperar, onde as plaquetas abaixam e mata o indivíduo. A Sra. Ceci pergunta quem faz a busca ativa quando o paciente vai embora. A Sra. Amélia responde que a equipe da ESF faz a busca e tem um grupo ativo que manda o resultado do exame, fazemos a busca, quando tem sinal de alerta é passado e buscamos o paciente, aconteceu no Jetuba, o paciente evadiu e fomos buscá-lo em sua casa. O Sr. Edson pergunta por quanto tempo este pessoal foi contratado. O Sr. André Leandro responde por sessenta dias, é o que a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT permite não haver indenização e impostos, porém o grosso mesmo é hora extra porque foi algo imediato, detectamos que aumentou, existe risco eminente de óbitos, sendo necessária dobrar a escala de trabalho. O Sr. Edson coloca que em relação à carreta quero dar os parabéns, pois tiveram que remodelar todo um trabalho que na realidade tinha sido deliberado para Atenção Básica referente à demanda reprimida das consultas, tanto do clínico geral quanto dos especialistas, mais exames laboratoriais, foi o restante do ano passado tínhamos falado do excesso nas pré-conferências e todos os argumentos é que teríamos a carreta. Deixo registrado para que não fuja do programa da Atenção Básica com o objetivo de acabar com a demanda reprimida, ressalto que foi falado

pela Comissão e direcionado. O Sr. André Leandro coloca que mudou por um estado de necessidade, tanto o Secretário como o próprio prefeito a ideia da carreta foi dele, desde o início falou da carreta. A ideia da carreta é um padrão composto por mamógrafo e densitômetro, discutíamos que já temos os aparelhos no Centro de Especialidades Médicas – CEM então o prefeito deu a ideia de fazer as consultas de urologia e ginecologia (saúde do homem e da mulher) na carreta, levando para todos os bairros e assim diminuir a demanda de atendimento da ESF. Existe um compromisso e já está sendo cobrado para que a carreta vá para os bairros, conversamos e como nosso índice larvário ainda está alto, para retirar a carreta é preciso diminuir o pico, a partir deste momento irá para os bairros para trabalhar doze horas por dia, não podemos mandar a carreta nas pontas longe de uma Unidade onde tem uma estrutura laboratorial, raios-X, sala de emergência, para atender vinte e quatro horas, porque iremos colocar um pronto atendimento no Perequê Mirim sem estrutura, essa é nossa preocupação. O Sr. Edson coloca que mudou a diretriz e o Conselho ou algum representante deveria estar sentado à mesa também, não estar passando somente agora, isso já está acontecendo há mais de mês. A Sra. Derci esclarece que a ação é imediata, é uma prerrogativa do gestor, em caso de emergência não é possível escutar, no dia em que estourou aqui mais de oitocentas pessoas dentro da UPA a carreta estava descendo, ficamos até as 21 horas esperando a carreta chegar, mudamos o fluxo da carreta, a Sra. Cilmara estava junto, na verdade sentimos a necessidade de ação imediata, a mesma coisa foi em relação ao CEAMI, o banco de leite saiu, faltou informação, agora dizer que tínhamos que fazer uma reunião para essa ação é inacreditável. A Sra. Cilmara explica que saiu de outra reunião e veio atender uma chamada da população que estava aguardando atendimento e demorando em serem atendidos na medicação e coincidiu de nos encontrar, pois não havia nada programado e vim questionar a demora de mais de três horas na sala de medicação e chegou à carreta, ficou a ansiedade de como fazer e onde colocar, só justificando para o Conselho que não estava junto nem ciente, senti a ansiedade do Sr. André Leandro e da nossa Secretária naquele momento, com mais de setecentas pessoas e às 22 horas, pois como representante dos usuários vim ajudar e avisar as pessoas da carreta, perguntei para o Sr. André Leandro se houve decreto do prefeito porque neste momento tem que se posicionar, terá um gasto não previsto dentro da logística apresentada hoje ao plenário. O Conselho tem que estar ciente, por esse motivo requisitei reunião extraordinária para amparar as ações da Secretaria Municipal de Saúde, além da carreta, temos containers, contratações, etc., desde o dia 25 de abril, estamos no dia 8 de maio, é interessante o Conselho ter este posicionamento mesmo que tardio. Ressalto que o Conselho não precisa ser convocado, tem que ter o poder de convocar também, é isso que peço ao colegiado, até o nosso mandato, ficamos atentos, não só como ficaria o Sr. André Leandro até 01 hora, já o presenciei atendendo e sem dormir. Deixo meu total apoio aos gestores porque são vidas, perdi amigo nesse curto período, por conta da dengue. Diante do exposto, o Conselho tem que se manifestar é nesses momentos e não esperarmos sermos convocados, a epidemia já existe. A Sra. Julia dá parabéns a Secretaria de Saúde, e coloca que já trabalhou com dengue, e o André Leandro confirmou o plano de contingência, lidaram maravilhosamente com a situação, poderia ter tido mais óbito, temos que pensar nisso, portanto assim meus parabéns. O Sr. André Leandro diz que entende o que a Sra. Cilmara o apoio as ações que estão sendo realizadas. A Sra. Cilmara pede a palavra e coloca que hoje as ações já estão em andamento, foi solicitada dia a reunião extraordinária no dia 25 de abril de 2019, já estamos no dia 8 de maio de 2019, porém já tem um lapso de tempo, o Conselho tem que atentar aos gastos, porque não existe um decreto. A Presidente ressalta que o está sendo apresentado e a situação atual do município e o que foi feito, e o que o Sr. André Leandro colocou "bateu na nossa porta", a solução foi contratar, e tem toda uma legislação da CLT, pagar hora extra é muito mais caro do que contratar um funcionário, somos sabedores, vamos ter um gasto além do esperado, hora extra é um valor e contratação é de outro, fizemos uma projeção de sessenta dias, depende do clima, acreditamos que irão diminuir de repente esses custos serão menos, mas já estão cientes do que está sendo feito e custeado pelo município. Vamos

planilhar e apresentar aos Senhores, tanto da Santa Casa como a da João Marchesi, seja na UPA, no Pronto Atendimento e na Atenção Básica, devido aos horários estendidos, terá horas extras, inclusive o nosso laboratório, seja o conveniado junto a Santa Casa e o da João Marchesi, acredita estar claro a todos. O Sr. Paulo Malta coloca que será apresentado na Prestação de Contas de março, abril e maio de 2019. O Sr. André Leandro pede para registrar que o Conselho estendesse esses parabéns ao Prefeito, não é querer ser político, a Sra. Derci e o Sr. Amauri, nós somos testemunhas, pois temos acesso a ele pelo whatsapp, e nos deu total e irrestrito apoio, perguntando se precisava de mais carreta, mais container, contratar mais médico e em momento algum ouvimos não em qualquer ação. Então teve coragem de apoiar, esse Conselho na hora que tem que criticar e apertar são a função dele como fiscalizador, acredito também que na hora de estender o apoio, não podemos ficar com esses parabéns só para equipe da Secretaria de Saúde, temos que reconhecer que nada do que foi pedido ao Prefeito foi negado em relação à dengue. A questão do decreto foi cogitada, porém de acordo com a última epidemia de dois mil e quinze, os números estão muito além para que pudéssemos justificar a mesma ação daquela época, portanto o Prefeito entendeu naquele momento o melhor era investir o mais rápido possível da maneira que tínhamos na mão, do que fazer um decreto e de repente ser questionado posteriormente. A Presidente sugere e coloca para a votação do plenário moção de apoio as Ações tomadas pelo município para enfrentamento da epidemia de dengue. Votos favoráveis. Sra. Derci, Sr. André Leandro, Sra. Priscila, Sra. Elen Rosi, Sra. Maria do Amparo, Sra. Ana Fernandes, Sr. José Aparecido, Sra. Cilmara, Sr. Edson, Sra. Nilma e Sra. Edna. Sendo APROVADA pelo plenário por unanimidade. A Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião às 17 horas e 15 minutos. Eu Simone Pereira Sousa Santos, lavro a presente ata que segue para leitura e aprovação de todos.

Sr. Amauri Barboza Toledo (titular)	AUSENTE
Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente)	
Sr. André Luís da Silva Leandro (titular)	
Sr. Adriano Fernandes Gazalli (suplente)	AUSENTE
Sra. Priscila Meyer (titular)	
Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente)	
Sra. Elen Rosi Martins (titular)	
Sra. Débora Santos de Brito (Suplente)	AUSENTE
Sr. Benedito Raphael Rodrigues Neto (suplente)	AUSENTE
Sra. Maria do Amparo de M. Manoukian (titular)	
Sra. Ceci Oliveira Penteado (suplente)	
Sra. Érica de Cássia Perroni (suplente)	
Sra. Ana Aparecida Fernandes (suplente)	
Sra. Leonor Diniz Santos Ferreira (suplente)	AUSENTE
Sr. José Aparecido dos Santos (titular)	
Sra. Julia de Fátima Umbelino (suplente)	
Sra. Cilmara de Oliveira dos Santos (titular)	
Sra. Sônia Maria Fante (suplente)	AUSENTE
Sr. Mário Penteado (titular)	AUSENTE
Sra. Sônia Maria Vitor (suplente)	AUSENTE
Sr. Ilson Vitório de Souza (titular)	
Sr. Guaracy Alves de Alcântara (suplente)	

596	Sr. Edson Mendes do Amaral (titular)	
597	Sr. Alexandre de Almeida (suplente)	AUSENTE
598	Sra. Nilma da Silva Spranger (titular)	
599	Sra. Maria Aparecida Waack (suplente)	AUSENTE
600	Sr. Eduardo Meirelles (titular)	AUSENTE
601	Sr. Nilton de Oliveira e Silva (suplente)	AUSENTE
602	Sra. Edna Ueda Yoshimoto (suplente)	